

## ***O USO INOCENTE DO ADJETIVO ‘SUSTENTÁVEL’***

José Eli da Veiga

[A hipotética conciliação entre o crescimento econômico moderno e a conservação da natureza não é algo que possa ocorrer no curto prazo.]

*Valor*, Terça 26/08/03

Há quem acredite que não exista dilema entre conservação ambiental e crescimento econômico. Crê, ao contrário, que seja factível combinar essa dupla exigência. Todavia, não há qualquer evidência científica sobre as condições em que poderia ocorrer tal conciliação. E as posições dos economistas variam de “A” a “Z” porque ainda não é possível demonstrar uma das duas possibilidades extremas da polêmica.

O debate científico internacional passou recentemente a ser pautado pela panglossiana hipótese de que o crescimento econômico só prejudique o meio ambiente até um determinado patamar de riqueza aferida pela renda per capita. A partir dele, a tendência seria inversa, fazendo com que o crescimento passasse a melhorar a qualidade ambiental. Raciocínio idêntico àquela velha parábola sobre a necessidade de primeiro fazer com que bolo crescesse para depois distribuí-lo melhor. Tanto é, que essa hipótese tem sido chamada de “curva ambiental de Kuznets”, por analogia à famosa curva em “U” invertido proposta em meados dos anos 1950 pelo terceiro ganhador do prêmio Nobel de Economia, em 1971.

Baseado nas precárias estatísticas disponíveis nos pós-guerra sobre um punhado de casos, Simon Kuznets achou que a relação entre o crescimento do PIB e a desigualdade de renda piorava na arrancada, mas melhorava depois de atingir altos níveis de riqueza. Para o desgosto dos que acham que o capitalismo é o fim da história, tal hipótese foi descartada quando estatísticas sobre grande número de países revelaram que nos últimos cinquenta anos as relações entre crescimento e desigualdade foram das mais heterogêneas. Há tudo quanto é tipo de curva, menos em “U” invertido.

Idêntica conjectura sobre a relação entre crescimento e meio ambiente foi lançada há oito anos nas páginas de um dos mais respeitados periódicos científicos de economia: o “QJE” (The Quarterly Journal of Economics, Maio 1995, pp. 353-77). Ao examinar a relação entre o comportamento da renda per capita e quatro tipos de indicadores de deterioração ambiental – poluição atmosférica urbana, oxigenação de bacias hidrográficas, e duas de suas contaminações (fecal e por metais pesados) – Gene M. Grossman e Alan B. Krueger concluíram que as fases de desgraça e recuperação

ambiental estariam separadas por um ponto de mutação que se situaria em torno de 8 mil dólares de renda per capita.

O destino dessa hipótese certamente será idêntico: quando um grande número de países tiver indicadores confiáveis sobre um leque mais amplo de variáveis ecológicas, constatar-se-á que são tão diversos os estilos de crescimento e as circunstâncias em que ele ocorre, que deve ser rejeitada a idéia de tão linear relação ente qualidade ambiental e renda per capita. Aliás, já há um bom indicador construído por equipes das universidades de Columbia e de Yale que revela as tragédias ambientais de países riquíssimos (Bélgica, por exemplo). Todavia, até que a comunidade científica se convença do contrário, a panglossiana proposição de Grossman & Krueger continuará a polarizar o debate. Centenas de sofisticadíssimos testes serão relatados em periódicos do calibre do QJE até que ela possa cair em descrédito.

As pesquisas do extremo oposto exigirão ainda mais paciência. Desde 1971, o saudoso Nicholas Georgescu-Roegen lançou o alerta sobre o inexorável aumento da entropia. Baseado na segunda lei da termodinâmica, ele assinalou que as atividades econômicas gradualmente transformam energia em formas de calor tão difusas que são inutilizáveis. Para poder manter seu próprio equilíbrio, a humanidade tira da natureza os elementos de baixa entropia que permitem a compensação. O crescimento econômico moderno exigiu a extração da baixa entropia contida no carvão e no petróleo. Um dia certamente explorará de maneira mais direta a energia solar. Nem por isso poderá contrariar o segundo princípio da termodinâmica, o que tenderá a exigir a superação do crescimento econômico. Para Georgescu, algum dia a humanidade deverá compatibilizar seu desenvolvimento com a retração, isto é, com o decréscimo do produto.

Nem é preciso dizer que tão incômoda hipótese permanece simplesmente ignorada pela esmagadora maioria dos economistas. Até referências a Georgescu passaram a ser evitadas a partir de 1976, quando o paradigmático manual pedagógico de Samuelson, “Economia”, dedicou meia dúzia de linhas para avisar que o autor do célebre “Analytical Economics” (Harvard University Press, 1967) se embrenhara pela obscura ecologia, uma disciplina que não ocasião ainda era tão suspeita para os economistas quanto a quiromancia. Mesmo assim, é a idéia do genial romeno - falecido no ostracismo em 1994 - que orienta os mais heréticos programas de pesquisa.

Para a corrente cética, cujo principal expoente é Herman E. Daly, só haverá alternativa à decadência ecológica no chamado “estado estacionário”, que não é sinônimo, como muitos pensam, de crescimento zero. Para efeito pedagógico, Daly costuma usar uma analogia entre economias de ponta - como a dos EUA ou do Japão, por exemplo - e uma biblioteca que já está repleta de livros, sem espaço para novas aquisições. A

melhor solução é estabelecer o princípio de que um novo livro só poderá entrar no acervo quando outro for retirado, numa troca que só seria aceita se o novo livro fosse melhor que o substituído. Ou seja, no “estado estacionário” a economia continuaria a melhorar em termos qualitativos, substituindo, por exemplo, energia fóssil por energia limpa. Mas seria abolida nessas sociedades mais avançadas a obsessão pelo crescimento do PIB, que ele chama de “growthmania”.

Seja qual for o futuro resultado dessa colossal polêmica, o que já está claro é que a hipotética conciliação entre o crescimento econômico moderno e a conservação da natureza não é algo que possa ocorrer no curto prazo, e muito menos de forma isolada, em certas atividades, ou em locais específicos. Por isso, nada pode ser mais bisonho do que chamar de “sustentável”, esta ou aquela proeza. Para que a utilização desse adjetivo não continue tão abusiva, é fundamental que seus usuários se informem sobre as teses das duplas Grossman/Krueger e Georgescu/Daly. Caso contrário, a expressão ‘desenvolvimento sustentável’ terá a consistência da maria-mole e tantas utilidades quanto as do bom-bril.

---

José Eli da Veiga, professor titular da FEA-USP e autor de *Cidades Imaginárias* (Ed. Autores Associados, 2002), escreve quinzenalmente às terças-feiras. Home page: [www.econ.fea.usp.br/zeeli/](http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/)